

Senado rejeita CPMF e aprova DRU



Moreira Mariz

Oposição não aceita alternativas à proposta original: renovação por apenas um ano ou destinação integral dos recursos para a saúde

O Plenário do Senado rejeitou na madrugada de hoje a proposta de emenda à Constituição que prorrogaria a CPMF até 2011. A PEC 89/07 recebeu 45 votos favoráveis – quatro a menos do que o necessário – e 34 contrários. Com esse resultado, a cobrança de 0,38% cai a partir de 1º de janeiro próximo. Por 60 votos contra 18, a Desvinculação das Receitas da União (DRU) foi aprovada em primeiro turno.

Páginas 4 e 5

Sob o olhar decepcionado de senadores da base do governo, a oposição comemora em Plenário, na madrugada de hoje, a rejeição da proposta que prorrogaria a CPMF

Comissão acolhe proposta sobre os crimes cibernéticos

A Comissão de Ciência e Tecnologia aprovou ontem substitutivo a três projetos que tipificam crimes cometidos com o uso de computadores. **Página 7**

Garibaldi Magalhães

Inclusão de pessoa com deficiência deve ter política nacional

A necessidade de uma integração entre as políticas federal, estaduais e municipais foi defendida durante audiência em duas comissões do Senado. **Página 6**

Garibaldi pede luta pelo resgate da credibilidade do Senado



O novo presidente do Senado, Garibaldi Alves, eleito ontem, conclamou todos os senadores a partilharem com ele a “ádua missão” de devolver à Casa “toda a credibilidade que conquistou em sua trajetória”. Saudado por parlamentares de diferentes partidos, Garibaldi endossou os compromissos da oposição com a independência do Legislativo. **Página 3**

Garibaldi é cumprimentado pelos senadores após a proclamação do resultado: 68 votos favoráveis, 8 contrários e 2 abstenções



Pedido de vista coletivo adia votação de substitutivo de Demostenes Torres a sete propostas de emenda à Constituição

CCJ discute novas regras para escolha de suplentes

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) discutiu ontem uma série de proposições que estabelecem novas regras para a escolha dos suplentes dos senadores. São sete propostas de emenda à Constituição (PECs) que tramitam em conjunto no colegiado, todas relatadas pelo senador Demostenes Torres (DEM-GO).

Jefferson Péres (PDT-AM), autor de uma das matérias, destacou que “a figura do suplente, tal como está hoje, não deve continuar a existir”. Ele ressaltou que “o suplente, como sucessor do titular em caso de vacância, exerce todo o restante do mandato, e às vezes pode exercer quase todo o mandato”.

Demostenes disse que a quantidade de suplentes no Senado, apesar de não constituir um problema legal, “criou uma espécie de repulsa social a esse instituto”.

– O que incomoda é o fato de, aparentemente, o suplente não ser votado – observou o relator.

Sibá Machado (PT-AC), que é suplente de Marina Silva, hoje ministra do Meio Ambiente, frisou que “o que está sendo questionado é a representatividade do suplente”. Mas o senador Valter Pereira (PMDB-MS), que assumiu a vaga deixada por Ramez Tebet, falecido em 2006, disse que é um erro não considerar os suplentes como representantes eleitos. Ele argumentou que “to-



José Cruz

Quantidade de suplentes “criou repulsa social a esse instituto”, avalia Demostenes

dos os suplentes são votados, porque fazem parte de uma chapa”.

Substitutivo

Demostenes Torres apresentou um substitutivo às PECs que, entre outras medidas, prevê que o suplente de senador seja o candidato mais votado entre os não eleitos. Uma outra medida proíbe o senador titular de pedir licença para ocupar cargo no Executivo – como o de ministro de Estado ou de governador –, um dos principais motivos para a posse dos suplentes. O relator propôs que essa regra seja válida apenas para os senadores escolhidos nas próximas eleições.

O substitutivo, no entanto, não foi votado ontem porque houve pedido de vista coletivo. Alguns senadores manifestaram discordância, por exemplo, quanto à sugestão de que o suplente seja o candidato mais votado entre os não eleitos.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Garibaldi Alves visita presidentes da Câmara dos Deputados e do STF

O Plenário realiza sessão deliberativa com início às 14h. Antes, às 10h, o presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, visita o presidente da Câmara dos Deputados, Arlindo Chinaglia. Às

10h30, no Espaço Cultural Ivandro Cunha Lima, participa da sessão de autógrafos do livro *Celebridades – Como você nunca viu*, com Edu Guedes, padrinho da Sociedade Pestalozzi. Às 12h30, visita a

presidente do Supremo Tribunal Federal, ministra Ellen Gracie; e às 14h30, no Salão Negro do Congresso, participa da programação da III Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência.

Tarifas de serviços de telecomunicações

Às 9h, a Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) debate em audiência os valores das tarifas dos serviços de telecomunicações. Estão convidados o consultor do Ministério das Comunicações Marcelo Bechara;

o superintendente da Anatel, Jarbas Valente; o presidente da Associação Nacional das Operadoras Celulares, Ercio Zilli; e o diretor do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor, Ricardo Wada.



Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência

Como parte da programação da III Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência, às 10h30 o apresentador da TV Record Edu Guedes autografa o livro *Celebridades*, cuja venda será revertida para a Sociedade Pestalozzi. A partir das 14h30, no Salão Negro, ocorre a

mostra internacional *Assim Vivemos*, de filmes sobre deficiência. Também no Salão Negro serão exibidos os vídeos da campanha de doação de ossos do Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia, às 16h; e o da formação de professores em educação inclusiva da Universidade

de Brasília (UnB), às 17h; e o filme *Do luto à luta*, do cineasta Evaldo Mocarzel, às 18h. Em seguida, haverá *talk show* com a jornalista Solange Calmon e a participação de Evaldo Mocarzel, Lars Graef, Messias Ramos Costa, Paula e Helena Werneck e Melina Pedroso.

Amazônia Legal e ZPEs

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) vota, às 11h, substitutivo à proposição que amplia a área de aplicação do Fundo Nacional do Meio Ambiente, hoje usado prioritariamente em projetos que tenham sua área de atuação na Amazônia Legal. Também deverão ser votadas propostas de criação de zonas de processamento de exportação (ZPEs) em Várzea Grande (MT), Anápolis (GO) e Jaguarão (RS).

Embaixadores

As indicações dos diplomatas Alexandre Rubem Milito Gueiros, para o cargo de embaixador do Brasil na Jamaica, e Jorge Geraldo Kadri, para o mesmo cargo na Guiné-Bissau, serão votadas pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), a partir das 10h, na sala 7 da Ala Alexandre Costa.

Audiência debate suspensão de pagamentos do Fundo Aerus

Audiência pública na Comissão de Direitos Humanos (CDH) debate, às 9h, a situação das famílias ameaçadas pela suspensão do pa-

gamento dos benefícios do Fundo Aerus de Seguridade Social. Estão entre os convidados o presidente da Associação de Pilotos da Varig,

Elnio Borges Malheiros, e o secretário de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social, Leonardo Paixão.

CMO aprecia relatórios setoriais

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) realiza quatro reuniões – às 10h, 14h, 18h e 20h – para discutir e votar os relatórios setoriais ao projeto do Orçamento federal de 2008, no Plenário 2 do Anexo 2 da Câmara dos Deputados.

Mudanças climáticas

Relatório elaborado pelo senador Renato Casagrande sobre as atividades realizadas em 2007 pela Comissão Mista Especial de Mudanças Climáticas será discutido pelo colegiado, a partir das 8h30, na sala 3 da Ala Alexandre Costa.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Garibaldi Alves Filho

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Alvaro Dias

1º Secretário: Efraim Moraes

2º Secretário: Gerson Camata

3º Secretário: César Borges

4º Secretário: Magno Malta

Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretora de Jornalismo: Maria da Conceição Lima Alves

Diretor do Jornal do Senado: Davi Emerich (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Cirilo Quartim e Leif Bessa

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - **E-mail:** jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Garibaldi Alves Filho, Tião Viana e Efraim Moraes

Garibaldi quer recuperar a imagem do Senado

O senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) foi eleito ontem – por 68 votos favoráveis, 8 contrários e 2 abstenções – presidente do Senado para um mandato tampão que se estende até 1º de fevereiro de 2009. Sucessor de Renan Calheiros (PMDB-AL), que renunciou ao cargo, Garibaldi assumiu a Presidência da Casa tendo como principal missão, segundo anunciou, recuperar a imagem da instituição perante a sociedade.

A sessão extraordinária do Senado, prevista para ter início ao meio-dia, começou com atraso de uma hora e foi aberta ao público. Mas a votação, por meio do painel eletrônico, foi secreta.

Antes de iniciar o processo de votação, o presidente interino, Tião Viana (PT-AC), deu a palavra ao líder do PMDB, Valdir Raupp (RO), que apresentou oficialmente a candidatura de Garibaldi Alves pelo partido e agradeceu o apoio de todos os líderes partidários à indicação.

Com apenas três ausências entre os 81 senadores, a eleição à Presidência do Senado foi considerada tranqüila. Após receber cumprimentos dos colegas, o parlamentar do Rio Grande do Norte subiu à tribuna para fazer seu primeiro pronunciamento como presidente.

Compromisso

Garibaldi Alves iniciou seu discurso de pouco mais de 30 minutos conclamando todos os colegas a partilharem com ele a “ádua missão de devolver ao Senado toda a credibilidade que conquistou em sua trajetória”. Agradeceu ao senador José Sarney (PMDB-AP) e ao líder do partido, Valdir Raupp, o importante papel que desempenharam e que culminou na sua eleição.

O presidente eleito também colocou seu nome, ao lado da assinatura do líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), em carta enviada por esse partido de oposição com reivindicações para recuperar a imagem do Poder Legislativo e construir uma agenda de prioridades para o Senado.

– Quero dizer que não tenho, em nenhum momento, vacilação em assinar e zelar por todos esses compromissos – garantiu.

Em seguida, vários senadores ocuparam a tribuna para desejar sucesso a Garibaldi Alves (*veja matérias ao lado*) e elogiar a interinidade de Tião Viana na Presidência da Casa.



Entre Papaléo (E), Efraim, Magno Malta e César Borges, Garibaldi (C) conclama senadores a ajudá-lo na tarefa de resgatar a credibilidade da instituição

ARTHUR VIRGÍLIO

A independência do Senado em relação ao governo e o soerguimento moral da Casa foram as principais reivindicações do líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM). Ele disse esperar que o novo presidente seja parecido com “aquele senador que atuou, como relator, na CPI dos Bingos, honrado, e sempre buscando a verdade”.

PEDRO SIMON

Pedro Simon (PMDB-RS) declarou que o Senado está vivendo um momento importante porque existe a possibilidade de a Casa procurar a independência em relação ao Palácio do Planalto. Fez duras críticas ao PMDB e estranhou o fato de o presidente Luiz Inácio Lula da Silva classificá-lo como imprevisível.

JOSÉ AGRIPINO

O líder do DEM, José Agripino (RN), disse esperar que o novo presidente “recupere a dignidade do Senado”. Ele aconselhou Garibaldi Alves a agir com isenção e altivez, “sempre buscando o melhor para o Legislativo”. Agripino observou que o senador potiguar foi eleito por acordo entre governistas e opositores.

GERSON CAMATA

Gerson Camata (PMDB-ES) sugeriu dois “choques” – de ética e de gestão. No entender do senador, é necessária uma ampla modernização do Regimento Interno para que a Casa trabalhe com eficácia e rapidez. O parlamentar também defendeu o engajamento das comissões técnicas do Senado.

MAGNO MALTA

Como 4º secretário da Mesa diretora, Magno Malta (PR-ES) afirmou que tudo fará para o sucesso da gestão de Garibaldi Alves. O senador pelo Espírito Santo elogiou o trabalho de Tião Viana no comando da Casa ao longo dos últimos 63 dias. “Tião Viana honrou e dignificou a Presidência do Senado num momento difícil.”

IDELI SALVATTI

A líder do Bloco de Apoio ao Governo, Ideli Salvatti (PT-SC), destacou que a qualidade mais importante a ser exercida pelo novo presidente será a de coordenação, já que o Senado é hoje uma Casa com muitas comissões em funcionamento. A senadora mencionou ainda a necessidade de resgate da imagem do Senado.

INÁCIO ARRUDA

Inácio Arruda (PCdoB-ICE) lembrou que Garibaldi Alves, além de estar em seu segundo mandato de senador, já foi prefeito de Natal e governador do Rio Grande do Norte por duas vezes. Acrescentou que, em sua carreira política, o presidente manifestou sempre muita firmeza, mas nunca esqueceu suas qualidades de mediador.

MARCELO CRIVELLA

Marcelo Crivella (PRB-RJ) criticou a burocracia no processo legislativo e defendeu mais rapidez na análise de projetos. Alertou ainda para a necessidade de reforma do Regimento Interno, que deverá permitir, em sua opinião, que o Senado deixe de ser a Casa “das medidas provisórias enviadas pelo governo”.

EDUARDO SUPLYCY

Eduardo Suplicy (PT-ESP) assinalou que Garibaldi Alves reúne todas as condições para comandar a Casa com equilíbrio e disposição para o diálogo. Suplicy também saudou a atuação de Tião Viana nos 63 dias em que o representante do PT acreano ocupou interinamente a Presidência do Senado.

ROSALBA CIARLINI

A posse de Garibaldi Alves na Presidência do Senado Federal “traz um sentimento de orgulho, satisfação e alegria, e é uma verdadeira festa, especialmente para o povo do Rio Grande do Norte”, disse Rosalba Ciarlini (DEM-RN). Ela ressaltou ainda que espera ver a democracia e a imagem do Senado fortalecidas.

EFRAIM MORAIS

O 1º secretário do Senado, Efraim Morais (DEM-PB), parabenizou Garibaldi Alves por sua eleição à Presidência e se colocou à disposição, como membro da Mesa, para ajudá-lo em sua nova missão. “A Casa sai fortalecida”, observou Efraim, destacando o consenso das bancadas do governo e da oposição.

ROMEU TUMA

Romeu Tuma (PTB-RSP) solicitou ao novo presidente que dê prioridade aos projetos de lei que propõem a melhoria do sistema de ensino no Brasil. Sugeriu ao governo a destinação dos recursos arrecadados pela Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) para saúde e educação.

Em busca do apoio dos líderes para tornar públicas as prestações de contas

A transparência na prestação de contas é fundamental para recuperar a imagem do Senado, afirmou ontem o presidente da Casa, Garibaldi Alves, em entrevista coletiva logo após a posse. Questionado sobre a possibilidade de

“abrir a caixa-preta do Senado”, disse que a providência “não pode mais ser adiada”.

– É uma das medidas mais reclamadas pela população – enfatizou.

O senador esclareceu que pretende se empenhar na

divulgação de informações sobre a verba utilizada pelos parlamentares. Para isso, porém, frisou que precisará do apoio das lideranças. Ele também ponderou que as medidas terão que ser estudadas com calma.

– A imagem da Casa não

vai melhorar da noite para o dia. Vou enfrentar resistências. Não sou um cavaleiro andante – afirmou.

Em resposta a um jornalista, Garibaldi disse que não recebeu de nenhum senador pedido de reajuste de salário e que não pre-

tende iniciar esse tipo de discussão.

– Devemos ter a maior cautela, em respeito ao cidadão. O problema é a disparidade de salários. É preciso que o Poder Legislativo atente para isso.

O novo presidente res-

saltou que, sob sua gestão, o Senado se pautará pela busca de “independência e harmonia” em relação ao Executivo. Anunciou também que está colhendo sugestões para mudar o rito de tramitação das medidas provisórias.

Com o resultado da votação da madrugada de hoje, a cobrança da taxa de 0,38% sobre a maioria das transações bancárias cai a partir de 1º de janeiro

Fotos: Leopoldo Silva



O Plenário na madrugada de hoje, logo após a proclamação do resultado da votação que derrubou a CPMF

Plenário rejeita CPMF e aprova DRU em 1º turno

Por 45 votos a 34, foi derrotada no Plenário do Senado, na madrugada de hoje, a proposta de emenda à Constituição (PEC) 89/07, que prorrogaria até 2011 a cobrança da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). A Desvinculação de Receitas da União (DRU), constante da mesma PEC, foi aprovada por 60 votos a 18, em primeiro turno.

Com esse resultado, a cobrança da taxa de 0,38% sobre a maioria das transações bancárias deixa de ser feita a partir do dia 1º de janeiro próximo. O governo poderá tentar recriar a contribuição, de modo a contar com uma receita de cerca de R\$ 40 bilhões anuais. Mas, para isso, precisará enviar ao Congresso uma nova proposta de emenda à Constituição, cuja tramitação começará novamente da Câmara dos Deputados.

Para aprovar tanto a CPMF quanto a DRU, o governo necessitava de 49 votos, três quintos da composição da Casa. Mesmo que tivessem votado o senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), ausente, e o presidente do Senado, Garibaldi Alves, voto de desempate, o governo só teria atingido 47 votos.

Contas públicas

A aprovação da DRU foi conseguida com argumentos de que o mecanismo permite a reserva de recursos para o superávit fiscal, equilibrando as contas públicas e, portanto, a confiança dos investidores.

– Sem a DRU, comprometeremos a estabilidade econômica – disse o senador Francisco Dornelles (PP-RJ).

Os líderes do PSDB, Arthur Virgílio (AM), e do DEM, José Agripino (RN), afirmaram que a DRU desvia para o pagamento da dívida recursos que poderiam ser investidos na saúde, mas liberaram o voto das bancadas.

Os encaminhamentos de votação foram iniciados às 18h, com discursos acalorados. De início, a tribuna foi ocupada pelos defensores da CPMF, que fizeram apelos veementes pela aprovação da matéria. Às 21h50, quando a oposição já dava como certa a rejeição da PEC, o debate foi agitado pelo boato de que uma carta assinada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva com a promessa de utilização total da CPMF com a saúde estava circulando entre os senadores.

Às 22h30, Romero Jucá (PMDB-RR) pediu a pala-

vra antecipadamente. Rememorou as negociações no Senado e anunciou que trazia duas cartas endereçadas ao presidente do Senado, uma assinada pelo ministro da Fazenda, Guido Mantega, e pelo ministro das Relações Institucionais, José Múcio, e outra assinada pelo próprio presidente Lula, encaminhando a primeira.

A carta dos ministros (um comunicado conjunto em termos genéricos) foi usada para embasar dois caminhos de negociação apresentados por Jucá: um deles seria o aumento dos gastos com a saúde em R\$ 29 bilhões, e não mais R\$ 24 bilhões, conforme sugestão do Conselho Nacional de Secretários de Saúde. A CPMF seria prorrogada por um ano apenas, enquanto se discutisse uma proposta de reforma tributária.

O outro caminho seria o aumento gradual da parcela da CPMF com a saúde até atingir, em quatro anos, o total da arrecadação. Nessa hipótese, a CPMF seria prorrogada por quatro anos.

A idéia de Jucá era interromper os encaminhamentos para a retomada das negociações hoje. O DEM e o PSDB, entretanto, recusaram esse entendimento.

Proposta foi debatida por sete horas

O debate entre governistas e oposicionistas sobre as alternativas do governo à proposta aprovada na Câmara dos Deputados prosseguiu até que, pouco depois da meia-noite, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) pediu que a votação fosse adiada para que “todos pudessem refletir” sobre o fato novo – as alternativas do governo –, evitando uma vitória ilusória para qualquer um dos lados. A iniciativa foi duramente criticada por Virgílio. Os dois trocaram reprimendas, mas uma hora depois um abraço caloroso pôs fim ao conflito.

Antes, os oposicionistas criticaram a iniciativa de última hora.

– Esta é uma proposta intempestiva. Não merece consideração neste momento – disse José Agripino.

– Não sei por que essa proposta não veio antes. Recebo com respeito e simpatia a carta dos ministros. Mas só depois dessa votação abriremos negociações. E estaremos prontos a negociar tão logo votemos a CPMF – reforçou Virgílio.

Concordância

Às 0h55, Garibaldi Alves colocou a matéria em votação. Agripino propôs que se votasse em separado a DRU, mecanismo que permite a manipulação de recursos da ordem de R\$ 40 bilhões. Com exceção do líder do PSOL, senador José Nery (PA), houve concordância com a proposta de Agripino.

A votação da proposta só foi concluída na madrugada de hoje, por volta de 1h. Os encaminhamentos de votação foram iniciados às 18h – o que resulta em um total de sete horas de debates.

Governistas consideram cobrança positiva para o país

Quarenta e cinco senadores votaram a favor da proposta que visava prorrogar a CPMF, rejeitada pelo Senado. Vários discursaram a favor da PEC.

O senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) afirmou que retirar do Orçamento os R\$ 40 bilhões arrecadados anualmente com a cobrança seria votar contra o Brasil. Gerson Camata (PMDB-ES) e Sibá Machado (PT-AC) compararam o tributo ao personagem inglês Robin Hood, que roubava dos ricos para dar aos pobres.

Valter Pereira (PMDB-MS) e Flávio Arns (PT-PR), embora tenham anunciado seu voto a favor, criticaram a falta de disposição do governo para negociar. Leomar Quintanilha (PMDB-TO), por sua vez, considerou necessário promover a redução gradual da carga tributária. João Pedro (PT-AM) disse que 70% dos brasileiros se valem do Sistema Único de Saúde (SUS), custeado com recursos provenientes da arrecadação do tributo.

Tião Viana (PT-AC) argumentou que a CPMF é essencial para a prestação de serviços como exames laboratoriais e transplantes, e Magno Malta (PR-ES) disse que ela é importante para o financiamento de hospitais. O setor da Saúde consome 1,7% do PIB – acima da receita da contribuição, que representa 1,4% do PIB – observou Valdir Raupp (PMDB-RO). Segundo Fátima Cleide (PT-RO) e Wellington Salgado (PMDB-MG), a eliminação da cobrança pode prejudicar a manutenção do sistema de saúde nos estados e o pro-

grama Bolsa Família. Renato Casagrande (PSB-ES) afirmou que havia disposição do governo de direcionar toda a arrecadação para a Saúde.

Insensatez

Segundo Delcídio Amaral (PT-MS), é “uma verdadeira insensatez rejeitar a proposta”. Ideli Salvatti (PT-SC) disse que, sem a CPMF, o ritmo de crescimento da economia poderá ser mais lento. Para Eptácio Cafeteira (PTB-MA), a contribuição “fiscaliza sonegadores e tem caráter humanitário, pois financia a saúde pública”. Francisco Dornelles (PP-RJ) lembrou que a isenção para quem ganha até R\$ 2,9 mil beneficiaria 30 milhões de pessoas, e Paulo Paim (PT-RS) afirmou que os governadores e secretários de Saúde de todos os estados pediram a manutenção.

Serys Shlessarenko (PT-MT) destacou que o tributo é essencial para a redistribuição de renda e a manutenção de programas sociais. Eduardo Suplicy (PT-SP) reconheceu que seu partido foi contra a criação da CPMF, mas lembrou que àquela época não havia garantia de que ela seria destinada à saúde, à previdência e ao combate à pobreza. Aloizio Mercadante (PT-SP) disse que 61% dos recursos são arrecadados das movimentações bancárias dos 10% mais ricos. Na opinião de Marcelo Crivella (PRB-RJ), com o fim da CPMF, a taxa de juros irá subir, “porque dirão que o governo perdeu o controle fiscal”, e Osmar Dias (PDT-PR) destacou o compromisso do governo de reduzir a alíquota para 0,30% até 2011.



Jucá apresenta propostas para tentar negociar aprovação da PEC



Senadores do DEM e do PSDB comemoram resultado da votação que rejeitou a prorrogação da CPMF até 2011

Os argumentos da oposição contra a CPMF

A prorrogação da CPMF foi condenada por diversos senadores em Plenário na votação de primeiro turno da proposta de emenda à Constituição (PEC 89/07) que previa a prorrogação da vigência do tributo até 2011.

Um dos maiores opositores do tributo, o senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) recomendou à bancada que votasse contra a cobrança da CPMF. Segundo ele, o governo chantageou a oposição ao afirmar que a extinção da contribuição iria “acabar com o país, iria acabar com a saúde”.

Para Alvaro Dias (PSDB-PR), foi o melhor momento para extinguir o tributo, tendo em vista a ocorrência de equilíbrio fiscal e orçamentário, superávit comercial e excesso de arrecadação, “com mais de R\$ 60 bilhões excedentes”. Antes do resultado da votação, ele argumentou que o governo não enviaria ao Congresso um novo modelo tributário se tivesse assegurada a arrecadação com a CPMF.

Na avaliação de Antonio Carlos Júnior (DEM-BA), o tributo reforça a atual carga tributária, que o senador classificou de “brutal e estúpida”. Para José Agripino (DEM-RN), o governo deveria concentrar esforços na elaboração de uma reforma tributária para desenvolver o país.

– A redução do número de impostos vai tornar o Brasil mais atraente e aproximá-lo de países que atualmente sobem no ranking internacional de competi-

vidade, como Rússia, Índia e China – disse.

Já Kátia Abreu (DEM-TO) justificou a posição contrária ao tributo citando pesquisa elaborada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), segundo a qual o brasileiro que ganha dois salários mínimos, após comprar em supermercados ou adquirir roupas e remédios, recolhe R\$ 387 em impostos indiretos, o que representaria 51% de seu salário.

Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) também se opôs à cobrança da CPMF e disse que, se o objetivo do governo fosse combater a sonegação, um imposto com alíquota baixa, como 0,01%, seria suficiente para tal finalidade.

Ao declarar seu voto contrário à prorrogação, César Borges (PR-BA) lamentou a ausência de um debate técnico sobre o tema que permitisse a redução da carga tributária em favor da sociedade.

Apoio popular

Mário Couto (PSDB-PA) citou pesquisa da página eletrônica da Rede Globo segundo a qual 78,14% da população é contra a prorrogação. Para Marco Maciel (DEM-PE), o fim da CPMF poderá significar “o início de um novo mundo”, pois abrirá caminho para o governo realizar um ajuste fiscal e promover a reforma tributária.

Reiterando sua posição contrária à contribuição, Heráclito Fortes (DEM-PI) disse que não acredita no atual governo, que estaria utilizando argumentos

falsos no debate sobre o tributo para jogar a opinião pública contra a oposição.

Tasso Jereissati (PSDB-CE) lembrou que, em 2003, ao aprovar outra proposta de prorrogação da CPMF, foi discutido com o governo uma proposta de redução da carga tributária que incluía a redução gradual do tributo caso ocorressem fatos como a melhoria na relação entre dívida e produto interno bruto (PIB).

– O acordo não foi cumprido, apesar de que, de lá para cá, todos aqueles parâmetros que colocávamos como mínimos para que o gatilho da redução da CPMF fosse acionado, foram mais positivos do que esperávamos – contou.

De acordo com Marconi Perillo (PSDB-GO), a população pobre gasta 1,8% de sua renda com a CPMF, enquanto a população rica consome 1,2%. Em 1988, conforme ele afirmou, 80% dos recursos arrecadados pela CPMF eram destinados à saúde, contra os atuais 40% destinados ao setor.

De última hora

Sérgio Guerra (PSDB-PE) criticou a iniciativa do presidente Lula de, por meio de uma carta apresentada antes da votação, tentar negociar com a oposição a discussão da matéria em estado de emergência e sem planejamento.

Raimundo Colombo (DEM-SC) defendeu a construção de um entendimento com o governo sobre a questão, a partir do ano que vem, lembrando ser favorável à redução da carga tributária.

Em dia de muitas decisões, Plenário vota proposta sobre concorrência no sistema financeiro, aposentadoria para extrativista e custas de processos no STJ

Cade deverá examinar fusões e compras de bancos

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) deve ganhar uma atribuição até agora reservada ao Banco Central: a de examinar qualquer transformação, fusão, incorporação ou alteração do controle acionário das instituições financeiras. A proposta, de acordo com os senadores Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) e Aloizio Mercadante (PT-SP), favorece o consumidor, porque o Cade passará a zelar pela defesa da concorrência no sistema financeiro nacional.

Também foram aprovadas seis emendas da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e uma da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) apresentadas à matéria, que seguirá para análise da Câmara. A proposta (PLS 412/03 – Complementar) é de autoria do senador Antonio Carlos Magalhães, falecido em julho.

Fotos: Moreira Moritz



Plenário acolheu também emendas de duas comissões do Senado

O relator da matéria na CCJ foi o senador César Borges (PR-BA). Na CAE, a relatoria coube à senadora Serys Slhessarenko (PT-MT). César Borges avaliou que o projeto foi apresentado por Antonio Carlos Magalhães como forma de aprimorar a fiscalização do Banco Central nas instituições financeiras e a sua relação com os clientes e consumidores. César Borges apelou à Câmara dos Deputados para que

aprecie o projeto o mais rápido possível, pois o teor da proposição já foi exaustivamente discutido com as autoridades do setor.

A proposta estabelece que as atribuições delegadas pela legislação à Secretaria de Direito Econômico, do Ministério da Justiça, e à Secretaria de Acompanhamento Econômico, do Ministério da Defesa, aplicam-se às operações e às instituições do sistema financeiro nacional.

Extrativista vegetal pode se aposentar 5 anos antes

Os extrativistas vegetais – que exercem atividade característica da região amazônica – terão direito a aposentadoria diferenciada, cinco anos antes dos demais trabalhadores, a exemplo do que ocorre com o produtor rural, o garimpeiro e o pescador artesanal. É o que determina proposta de emenda constitucional de autoria da senadora licenciada e ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, aprovada ontem em primeiro turno pelo Plenário do Senado. A matéria (PEC 56/01) deverá ser analisada em segundo turno.

– Agora se faz justiça a uma importante categoria profissional – argumentou o senador Sibá Machado (PT-AC).

Todos os senadores foram favoráveis à proposição, aprovada por unanimidade, com uma abstenção, o que foi considerado uma “vitória extraordinária”. Mário Couto (PSDB-PA) afirmou que assim o extrativista receberá o respeito merecido por sua atividade. Arthur Virgílio (PSDB-AM) avaliou a proposição como justa, porque equipara o seringueiro ao trabalhador rural. Tião Viana (PT-AC) ressaltou a “dimensão humana” que a iniciativa alcançará na Amazônia.

Aprovadas taxas para ajuizar ações no STJ

O Plenário do Senado aprovou ontem projeto que institui a cobrança de taxas devidas à União para ajuizamento de ações e recursos no Superior Tribunal de Justiça (STJ). A matéria, de iniciativa do Executivo, vai à sanção presidencial.

– Quero reiterar que a proposição atende a uma antiga reivindicação do STJ no que diz respeito ao problema das custas judiciais, pois é o único que ainda não exercia esse novo mecanismo – afirmou Marco Maciel (DEM-PE).

O senador ressaltou ainda que, com a aprovação da matéria (PLC 75/07), os parlamentares dão continuidade à reforma do Poder Judiciário brasileiro.

Passam a ser cobrados alguns procedimentos que podem ser julgados no tribunal, com taxas estabelecidas de acordo com a complexidade da ação ou do recurso. Os procedimentos considerados mais simples, como a interpelação judicial, custarão R\$ 50; os de complexidade média, como a homologação de sentença estrangeira, foram tabelados em R\$ 100; e os mais complexos, como a ação rescisória – que visa cancelar uma sentença definitiva –, em R\$ 200.

Participantes de audiência defendem integração entre políticas para inclusão de pessoas com deficiência

Debate revela os desafios da acessibilidade urbana

Durante audiência pública promovida ontem pelas comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), que discutiu a acessibilidade de pessoas com deficiência no meio urbano, o ministro-chefe da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, Paulo Vannuchi, ressaltou que o assunto precisa ser tratado por todos os ministérios. Ele explicou que a secretaria funciona como pólo articulador das políticas públicas destinadas às pessoas com deficiência e, em sua opinião, os ministérios, especialmente os da Saúde, Educação, Fazenda e Planejamento, devem adotar programas de forma conjunta.

O ministro informou ainda que, a pedido do presidente Lula, a secretaria vai examinar a situação de empregabilidade de pessoas com deficiência. Apesar de a legislação estabelecer percentual de vagas para essas pessoas, frisou Vannuchi, milhares de empregos potenciais não são utilizados.



Patricia (C) preside a audiência, ao lado de Bueno, Vannuchi, Érica e Ângela

A titular da Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa com Deficiência, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Izabel Maior, disse que cerca de 90% das pessoas com deficiência estão fora do mercado de trabalho. Para ela, isso se deve à dificuldade que esses trabalhadores encontram para utilizar os meios de transporte, locomover-se pelas calçadas e ter acesso aos prédios urbanos. Izabel lembrou ainda que apenas um terço das 660 mil vagas atualmente destinadas a essa parcela da população está ocupado.

PAC da Saúde

A coordenadora da Área

Técnica de Saúde da Pessoa com Deficiência do Ministério da Saúde, Érica Pisaneschi, explicou que o programa Mais Saúde – o PAC da Saúde –, lançado na semana passada pelo presidente Lula, tem o objetivo principal de promover a inserção social por meio de ações preventivas e que contribuam para melhorar a qualidade de vida dos brasileiros. Conforme ela, a política nacional para a pessoa com deficiência, por meio do Programa Nacional de Órteses (cadeiras de roda, muletas e andadores) e Próteses (de membros do corpo) vai facilitar o acesso das pessoas a equipamentos.

Secretário sugere ações governamentais integradas

O secretário nacional dos Transportes e Mobilidade Urbana do Ministério das Cidades, Luiz Carlos Bueno, ressaltou que é necessário haver integração entre as políticas federal, estadual e municipal em ações para inclusão das pessoas com deficiência. Tal parceria é necessária, disse, porque as ações exigem, entre outras medidas, adaptações nos meios de transporte, nas calçadas e nos prédios.

Bueno destacou ainda a importância de parcerias com entidades da sociedade civil. Ele contou que experiência nesse sentido já possibilitou a criação de programas que visam obter novas fontes de financiamento, organizar banco de dados, publicar mate-

rial informativo e realizar pesquisas sobre transporte acessível.

A conselheira do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (Conade) Ângela Canabrava também defende a integração de políticas entre as esferas governamentais. Ela disse que, apesar de o Brasil dispor de legislação relativa às pessoas com deficiência que é referência mundial, as adaptações necessárias para a inclusão plena desse segmento da população não ocorrem por falta de fiscalização. Para a conselheira, é necessário haver também parcerias com o Ministério Público, além de capacitação das pessoas que trabalham com o aspecto

legal e dos profissionais responsáveis pela construção de prédios, calçadas e praças, como engenheiros e arquitetos.

O senador Flávio Arns (PT-PR) opinou que o desafio é começar a construir levando em conta as pessoas com deficiência, ao mesmo tempo em que se fazem adaptações nas obras já construídas.

Para o ator Marcos Frota, os meios de comunicação devem contribuir para conscientizar a sociedade sobre a importância da acessibilidade urbana. Ele sugeriu que os ministérios convoquem os meios de comunicação para estimular práticas que beneficiem os cerca de 25 milhões de brasileiros com deficiência.

Três exposições na Semana da Pessoa com Deficiência

Estão abertas aos visitantes do Senado três exposições que fazem parte da III Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência: a que exibe peças informativas sobre a campanha “Pessoas que fizeram a diferença, pessoas que fazem a diferença. E você, que diferença pode fazer?” e estandes institucionais; a que divulga o livro de fotografias *Celebridades – Como você nunca viu*; e a que faz a demonstração do *mouse* ocular.

A primeira encontra-se no Salão Negro, onde estão expostos painéis sobre a vida de funcionários do Senado e de personalidades que enfrentam ou já enfrentaram algum tipo de deficiência. Há também diversas cartilhas e guias com orientações básicas para a inclusão de pessoas com deficiência; instruções sobre a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e informações a respeito de leis que tratam de acessibilidade e inclusão.

No Espaço Cultural Ivandro Cunha Lima, a Sociedade Pestalozzi de São Paulo expõe algumas fotos que compõem o livro *Celebridades – Como você nunca viu*. A obra apresenta 34 artistas e personalidades, fotografados por Welison Calandria, que cederam seus cachês à Sociedade Pestalozzi.

Já na Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho e no Salão Negro, os visitantes poderão conhecer a tecnologia do *mouse* ocular, projeto vencedor do Prêmio Finep (Financiadora de Estudos e Projetos) de Inovação Tecnológica da região Norte, em 2005. Idealizado pela Fundação Desembargador Paulo Feitoza, de Manaus, o equipamento auxilia o portador de necessidades especiais a utilizar o computador por meio de movimentos oculares e piscados.

As exposições do Salão Negro e do Espaço Cultural Ivandro Cunha Lima podem ser vistas até sábado, das 9h às 17h. A demonstração do *mouse* ocular ocorre até hoje, das 9h às 13h.



Eunício Oliveira, José Maranhão e Pedro Novais (D, sentado) na CMO

Comissão de Orçamento deve votar relatório final na terça

Sete dos dez relatórios referentes ao projeto orçamentário da União para 2008 já estavam com sua votação concluída ontem. Os documentos servem de base para a elaboração do relatório final, o substitutivo com as modificações feitas na programação de receitas e despesas encaminhada pelo Executivo, em que são consolidados também os gastos do Legislativo, do Judiciário e do Ministério Público Federal.

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) quer votar o relatório final – este ano a cargo do deputado José Pimentel (PT-CE) – até terça-feira.

A intenção é que o texto seja votado pelo Plenário do Congresso na quarta ou na quinta-feira da semana que vem, antes do recesso

de fim de ano.

Trabalho e Previdência

O relatório da área temática de Trabalho, Previdência e Assistência Social, preparado pelo deputado Giacombo (PR-PR), foi aprovado na madrugada de ontem. A proposta do governo prevê despesas totais em 2008 de R\$ 208,4 bilhões para o Ministério da Previdência, o maior orçamento das três pastas que integram essa área.

O Ministério do Trabalho foi contemplado com dotação global de R\$ 37,3 bilhões, dos quais R\$ 32,9 bilhões correspondem aos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Para o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, foi previsto R\$ 28,5 bilhões, dos quais R\$ 10 bilhões para o programa Bolsa Família.

Arns propõe audiência sobre material radioativo para exame

A dificuldade enfrentada pelo Brasil na compra do material radioativo utilizado em exame de detecção de câncer, problemas renais e cardíacos foi criticada por Flávio Arns (PT-PR).

O tecnécio-99m, utilizado em cintilografias, é importado de uma empresa canadense, que paralisou o reator nuclear para manutenção e só voltará a produzir o material em janeiro, segundo reportagem do jornal *Folha de S. Paulo*.

O senador antecipou que será realizada na próxima semana uma audiência na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) para debater o problema, com a participação de integrantes da Comissão Nacional de Energia Nuclear (Cnen) e do Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (Ipen). Arns



Arns: “É inacreditável que o país se submeta a um único fornecedor”

ressaltou que clínicas brasileiras já reduziram pela metade o número de cintilografias, cancelando pelo menos 8.000 exames só na próxima semana.

– Há um problema no Canadá, e milhares de brasileiros têm que enfrentar graves dificuldades. É inacreditável que nesse estágio de tecnologia o Brasil tenha que se submeter a um único fornecedor internacional.

Geraldo Magela



Gilvam diz que medida trará desenvolvimento ao estado

Gilvam comemora transferência de terras ao Amapá

A assinatura do decreto que transfere para o Amapá a titularidade das terras do estado que estavam em nome da União, pelo presidente Lula, no último dia 7, foi comemorada por Gilvam Borges (PMDB-AP).

A iniciativa, na opinião do senador, poderá contribuir para a emancipação e o desenvolvimento econômico da região.

– A maioria dos produtores não tinha titularidade, inviabilizando o desenvolvimento do estado – disse.

Gilvam anunciou que Lula visitará o Amapá, possivelmente em fevereiro, para o lançamento da pedra fundamental da ponte sobre o rio Oiapoque, na fronteira com a Guiana francesa; e que ainda em 2008 deverá ser autorizada a construção da hidrelétrica de Santo Antônio.

CCJ aprova permissão para a União doar edifício

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou, em decisão terminativa, projeto que permite ao governo federal doar o Edifício Gustavo Capanema ao estado do Rio de Janeiro.

Segundo o autor da proposta (PLS 107/07), Paulo Duque (PMDB-RJ), o edifício está entre as propriedades da União que “se encontram sem utilização ou mal aproveitadas”, enquanto o governo do Rio de Janeiro precisa gastar significativo montante para pagar aluguéis dos prédios onde funcionam os serviços públicos estaduais.

O relator, Aloizio Mercadante (PT-SP), destacou que a alienação de bens imóveis depende de autorização legislativa.

Texto de Azeredo que tipifica 11 crimes praticados por meio de computador, como clonagem de cartão e difusão de vírus, é aprovado na CCT e segue para a CAE

Projeto pune crime cometido com uso de informática

Está pronto para a votação pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) o substitutivo do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) a três projetos de lei que tipificam crimes cometidos com o uso de computadores e estabelecem as penas para os diversos delitos.

O substitutivo já havia sido aprovado na Comissão de Educação (CE), foi acatado ontem na Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) e, depois que for votado na CAE, deverá passar pela análise da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde terá decisão terminativa.

O substitutivo tipifica 11 crimes cometidos com uso de informática – entre os quais clonagem de cartões de crédito e de telefones celulares; difusão de vírus; interceptação ou interrupção de comunicações; e atentado contra a segurança de serviço de utilidade pública –, atos ainda não descritos pelo Código Penal.

Azeredo garantiu que na proposta não há nada que afete a privacidade de quem usa a internet. De acordo com o texto, o provedor de acesso à internet fica responsável



Wellington Salgado (E) preside reunião da CCT que aprovou o substitutivo

por guardar, em ambiente seguro, por três anos, dados do endereço eletrônico dos clientes. Essas informações podem ser liberadas apenas a pedido de autoridades investigatórias e dependendo de “prévia e expressa” autorização judicial.

O relator destacou que a proposição procura harmonizar-se com as deliberações da Convenção Internacional sobre o Cibercrime.

– O projeto dá às autoridades poderes suficientes para combater crimes de informática no nível nacional e internacional – afirmou.

Arcabouço

Azeredo ressaltou que o texto é longo e complexo e que modifica oito instrumentos legais. São regulamentadas situações como confidencialidade

e limitações de uso de informações sobre tráfego na internet e em redes; a guarda dessas informações e formas como elas podem ser liberadas para autoridades, inclusive em episódios que envolvam cooperação internacional, deliberando até sobre eventuais casos de extradição.

A criminalização da pedofilia e pornografia infantil já é prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente, mas a nova lei passará a punir a posse de material que contenha pornografia infantil.

O texto de Azeredo refere-se ao PLS 137/00, de Lomar Quintanilha (PMDB-TO); ao PLS 76/00, de Renan Calheiros (PMDB-AL); e ao PLC 89/03, do então deputado Luiz Piauhyllino.

Regulamentação para a publicidade oficial

Proposta que regulamenta a publicidade oficial foi aprovada ontem pela Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT). O colegiado acatou relatório de Expedito Júnior (PR-RO) favorável à proposta de Cristovam Buarque (PDT-DF) determinando que a publicidade de atos, programas, obras, serviços e campanhas de órgãos e entidades públicas contenha somente o brasão da unidade federativa e o nome dos órgãos ou entidades promotores. O projeto (PLS 58/07) segue agora para a CCJ, onde tem decisão terminativa.

– A publicidade dos atos e programas do governo tem a finalidade de informar e educar a coletividade,

não sendo admissível que, na esteira de tal divulgação, os agentes públicos maliciosamente permeiem propaganda subliminar para promoção pessoal – disse Expedito.

O relatório acrescenta emenda proibindo publicidade em cartões de programas sociais, para “evitar o entendimento equivocado de que o benefício é um favor pessoal e não uma obrigação da União”.

Telemarketing

Foi adiada, a pedido de Renato Casagrande (PSB-ES), a votação do substitutivo do senador referente a dois projetos (PLS 243/04 e 123/07) que regulamentam práticas de telemarketing e coíbem abusos e fraudes. O

substitutivo também será terminativo na CCJ e implementa o Registro Nacional de Chamadas – uma lista de quem não deseja receber ligações desse tipo.

A CCT aprovou ainda 27 projetos que autorizam ou renovam a concessão de emissoras de rádio e de televisão, e dois requerimentos de audiências: uma sobre a crise do fornecimento de gás combustível e outra sobre a aplicação e a criação da TV pública.

No início da reunião, o presidente da CCT, Wellington Salgado (PMDB-MG), fez um balanço dos trabalhos da comissão neste ano, que, segundo ele, teve “momentos difíceis”, mas deu um “salto positivo”.

Paim denuncia: há mulheres presas com homens no Ceará

Paulo Paim (PT-RS) denunciou a prisão de duas mulheres que estão na mesma cela com 30 homens em Itarema (CE). O senador, presidente da Comissão de Direitos Humanos (CDH), recebeu a denúncia por carta e a confirmou por telefone.

Paim pediu providências imediatas à Polícia Federal, ao Ministério Público, à Secretaria de Segurança do Ceará, ao presidente da Ordem dos Advogados do Brasil e ao delegado responsável pela cadeia.

O senador preservou o nome do remetente e também da entidade por ele representada. A carta foi enviada em 20 de novembro. O remetente afirma que vê todos os dias a situação, em visita a parentes na cadeia.

Paulo Paim convocou para hoje uma reunião da CDH, com a presença de representantes das entidades às quais ele pediu providências. Ele informou que será criada uma subcomissão para tratar dos problemas



Geraldo Magela

Paim: CDH criará subcomissão para mulher em situação de risco

de mulheres em situação de risco, a ser presidida por Ideli Salvatti (PT-SC).

A senadora pediu a palavra e disse que a denúncia é um reconhecimento ao trabalho do Senado, “que se manifestou e atuou em vários casos”.

Ideli lembrou o caso da menor presa com homens em Abaetetuba (PA) e do juiz de Sete Lagoas (MG) que declarou considerar inconstitucional a Lei Maria da Penha. Ela pediu que a cadeia de Itarema seja visitada pelas autoridades competentes para que as mulheres sejam urgentemente de lá retiradas.

Rosalba pede retomada da transposição do São Francisco

A paralisação das obras de transposição das águas do rio São Francisco tem preocupado Rosalba Ciarlini (DEM-RN). Ela pediu agilidade na retomada da obra, que considera “fundamental”.

– Precisamos de água, venha ela como vier, de onde vier. E a transposição vai trazê-la, para melhorar o nosso Nordeste – afirmou.

Uma liminar concedida esta semana pelo Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região, a pedido do Ministério Público, suspendeu as obras sob o argumento de que o projeto não poderia ter sido aprovado pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) em resolução de 2005.

Rosalba citou visita que fez à região de Petrolina (PE), em novembro, e ressaltou as mudanças na área, a partir de projetos de irrigação utilizando água da bacia do São Francisco e destacou a importância da iniciativa para outros esta-



Geraldo Magela

Rosalba ressaltou as mudanças ocorridas com projetos de irrigação

dos, como o Rio Grande do Norte.

– Tudo tem que ser como a lei determina, mas precisamos que as ações sejam agilizadas, para a continuidade dessa obra fundamental para o semi-árido – avaliou.

Em aparte, César Borges (PR-BA) declarou que apenas 4% do volume de água deslocados serão destinados ao consumo da população, e que outras obras deveriam ser providenciadas ou retomadas para garantir o acesso dos cidadãos à água. Rosalba disse que, “mesmo assim, não se pode deixar de defender a transposição”.

Senado realiza sessão especial em homenagem à Marinha

O Senado promoveu ontem, atendendo a requerimento do senador Sérgio Zambiasi, sessão especial em homenagem ao Dia do Marinheiro – 13 de dezembro. Estiveram presentes os comandantes da Marinha, almirante-de-esquadra Júlio Soares de Moura Neto; da Aeronáutica, tenente-brigadeiro-do-ar Juniti Saito; e do Exército, general-de-exército Enzo Martins Peri; e o

chefe do Estado-Maior da Armada, almirante-de-esquadra Júlio Saboya de Araújo Jorge.

Os senadores apoiaram as reivindicações dos comandantes militares por mais recursos, destinados ao reaparelhamento das Forças Armadas, e lembraram o bicentenário de nascimento, hoje, do almirante Joaquim Marques de Lisboa, o marquês de Tamandaré, patrono da Marinha do Brasil.



Cristovam, presidente da CE, na reunião em que foram expostos relatórios sobre audiências

Comissão aprova sugestões para o aperfeiçoamento da educação

A responsabilização da União pela manutenção da educação básica e o estabelecimento de padrões de construção e equipamentos para as escolas brasileiras, incluindo condições de energia e saneamento, estão entre as principais recomendações feitas pelos relatores do ciclo de audiências públicas “Idéias e Propostas para a Educação Brasileira”. O evento foi promovido pela Comissão de Educação, Cultura e Desporto (CE), que aprovou ontem as recomendações dos relatores.

As sugestões para o aperfeiçoamento da educação estão contidas em oito relatórios setoriais. O documento relativo ao ensino fundamental, que teve como relator o senador Marconi Perillo (PSDB-GO), recomenda, além da responsabilização da União, a informatização de todas as escolas públicas, com adoção de um sistema de acompanhamento da frequência e dos resultados dos alunos.

Em seu relatório sobre educação infantil, Rosalba Ciarlini (DEM-RN) lamentou que a educação das crianças de zero a seis anos não tenha recebido grande atenção do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). A relatora para o ensino médio, Marisa Serrano (PSDB-MS), incluiu entre as suas recomendações a implantação de um programa similar ao de residência médica para professores

e defendeu o desenvolvimento de um sistema de avaliação do desempenho dos profissionais de educação.

Paulo Paim (PT-RS), relator do ensino técnico e profissionalizante, observou que não basta encher as salas de aula com computadores e laboratórios sofisticados sem garantir recursos mínimos para a manutenção desses equipamentos.

Relator da educação a distância, Wellington Salgado (PMDB-MG) recomendou a flexibilização da regulação desse tipo de ensino. Em seu relatório sobre a política para o ensino superior, Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) afirmou que o PDE contém “medidas promissoras”, embora inclua planejamento de ações já em vigor e a reapresentação de programas antigos.

Na reunião da CE, Paulo Paim leu as principais conclusões do relatório de Flávio Arns (PT-PR) sobre a educação especial, com a indicação de projetos que tramitam no Senado tratando

do tema. O presidente da comissão, Cristovam Buarque (PDT-DF), apresentou os principais trechos do documento sobre pesquisa, no ensino superior, elaborado por Marco Maciel (DEM-PE). Entre as propostas, está a ampliação do papel das instituições públicas de ensino superior na formação de professores para o ensino fundamental e médio.



Reivindicações por mais verbas para o reaparelhamento das Forças Armadas marcaram a sessão que lotou o Plenário do Senado

ALVARO DIAS

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) disse ontem que o Senado apóia o Programa de Reaparelhamento da Marinha que busca, segundo observou, evitar o sucateamento de submarinos, navios e aviões de combate ou patrulha. Outra ação de grande significado e que é vital em termos estratégicos e econômicos, avaliou, é a proteção das plataformas marítimas de exploração de petróleo.

SÉRGIO ZAMBIASI

Sérgio Zambiasi (PTB-RS) ressaltou que o custo estimado para a primeira fase do programa de reaparelhamento da Marinha é de R\$ 5,8 bilhões. A verba será aplicada na construção, modernização ou aquisição de submarinos e torpedos, navios e helicópteros para escolta e patrulhamento fluvial e embarcações do Sistema de Segurança do Tráfego Aquaviário, entre outras prioridades.

HERÁCLITO FORTES

Para Heráclito Fortes (DEM-PI), o Brasil não tinha conhecimento da real e grave situação por que passam as Forças Armadas. O senador disse que a falta de recursos era um assunto que não se tratava de maneira clara, e ressaltou que, após assumir a presidência da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), já realizou várias audiências públicas com os comandantes das três Forças.

ROMEU TUMA

Romeu Tuma (PTB-SP) afirmou que a formação de uma força política para dar apoio às reivindicações das Forças Armadas tem um sentido patriótico. O objetivo dessas reivindicações, frisou, é a defesa da soberania nacional. Tuma recordou o trabalho das três Forças na região amazônica, que acompanhou quando lá trabalhou por dez anos, na Polícia Federal.

JOÃO PEDRO

Na avaliação do senador João Pedro (PT-AM), o Brasil, com suas características geográficas, com uma imensa costa, não poderá ser uma nação soberana e um Estado democrático sem uma Marinha forte e presente. João Pedro elogiou ainda o trabalho social da Marinha no Amazonas. – Seus navios sobem e descem rios, fazendo saúde e salvando vidas – destacou.

AUGUSTO BOTELHO

Augusto Botelho (PT-RR) destacou a relevância do território marítimo brasileiro, lembrando que 95% do comércio exterior brasileiro passam pelo mar e quase 90% do petróleo e do gás são retirados do território marítimo. – Para garantir nossa soberania sobre tantas riquezas, é com uma Marinha forte e bem equipada que devemos contar – disse o senador.

MARCELO CRIVELLA

Na opinião de Marcelo Crivella (PRB-RJ), o Dia da Marinha representa uma justa homenagem ao Almirante Tamandaré, patrono da Marinha, “herói de guerra, mas humanista de valor”. O senador destacou a importância do programa Antártico, que a Marinha desenvolve, segundo sua avaliação, com selo da competência dos marinheiros brasileiros.

SIBÁ MACHADO

Sibá Machado (PT-AC) louvou a importância da celebração do bicentenário do nascimento do Almirante Tamandaré, protagonista de feitos que garantiram a integridade nacional e soberania do país em episódios históricos. Conforme o senador, o governo Lula quer dotar a Marinha dos instrumentos indispensáveis para projetar e construir, entre outros, meios e sistemas de armas navais.

FLEXA RIBEIRO

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) disse que todos os marinheiros deveriam mirar-se na figura do marquês de Tamandaré. – Era o exemplo de bravura, coragem, dignidade, caráter. A figura do patrono deve ser o seu mestre, o seu farol, a apontar o rumo para onde deve navegar. Sobre tudo nos dias atuais, em que, por vezes, valores parecem ser esquecidos – disse o senador.